

Dia da Mulher tem votações, exposição e ação pró-equidade



Claudia Lyra, Doris Peixoto, Luiza Bairros, Eleonora Menicucci, Marta Suplicy, Ana Rita e Lídice da Mata: pró-equidade

Com lançamento de programa pró-equidade, exposição sobre voto feminino, aprovação de propostas, sessão solene e premiação, Senado homenageia as mulheres

Como parte das comemorações pelo Dia Internacional da Mulher, o Senado lançou ontem o Programa Pró-Equidade de Gênero e de Raça, com o objetivo de promover mudanças na estrutura funcional da Casa que levem ao aumento da inclusão. Também em homenagem à data, será lançada hoje a exposição *80 Anos do Voto Feminino*

no Brasil. Durante a semana, as comissões buscaram votar propostas em favor da melhoria das condições de vida da mulher. Na próxima terça-feira, em sessão solene do Congresso, cinco mulheres receberão o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz por sua luta pela transformação social e igualdade de gênero. Entre as premiadas, está a presidente Dilma Rousseff. **4 e 5**

Dona de casa poderá se aposentar mais cedo 4

Dois meses a mais de seguro-desemprego 4

Acesso facilitado a exames de câncer 5

CCJ veta perda de mandato por mudança para partido novo

Na retomada da reforma política, Comissão de Constituição e Justiça também rejeitou emendas para novas regras de suplência e adiou votação sobre voto em lista fechada. **3**



Eunício Oliveira preside reunião da CCJ: projetos sobre reforma política devem ser apreciados em Plenário dia 21 de março

Plenário rejeita recondução de diretor-geral da ANTT 2

Sarney propõe regra mais rígida contra homicídio 6



Comissão proíbe caução em urgências médicas 7

Jayme Campos (E) preside a Comissão de Assuntos Sociais, onde foi aprovado o projeto, relatado por Vanessa Grazziotin (C)

Fazer mais pelas mulheres é fazer mais pelo Brasil

O Senado está presente na vida das mulheres brasileiras. Desde a coroação da princesa Isabel até a posse da primeira mulher eleita presidente no país, foram mais de 180 anos. Nesse período, várias leis e projetos buscaram garantir a igualdade de direitos, a maternidade segura, a proteção à saúde e o combate à violência contra as mulheres. Assim é possível fazer a diferença na vida dos brasileiros. Porque cuidar das mulheres é também cuidar do Brasil.

8 de março: Dia Internacional da Mulher

SENADO FEDERAL

Em votação secreta, Plenário negou recondução de Bernardo Figueiredo para direção da agência reguladora; senadores citaram acusações que pesam contra ele; Planalto terá de indicar novo nome

Senado rejeita indicação do governo para ANTT

EM VOTAÇÃO SECRETA, o Plenário negou ontem a recondução de Bernardo Figueiredo à direção-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Apesar do encaminhamento dos líderes da base aliada, a indicação do governo Dilma Rousseff foi rejeitada com 36 votos contrários, 31 favoráveis e 1 abstenção.

— Demos o exemplo a este país, [mostramos] que só homens públicos dignos merecem ser reconduzidos a cargos tão importantes — disse Mário Couto (PSDB-PA).

A rejeição será comunicada oficialmente à Presidência da República, que não poderá vetá-la, já que a matéria é de competência privativa do Senado. Assim, o governo terá de indicar outro nome para a agência reguladora.

A ofensiva para barrar a indicação teve como princi-



Senadores durante a votação que negou a manutenção de Figueiredo na ANTT

pal nome Roberto Requião (PMDB-PR).

Desde fevereiro, quando a indicação de Figueiredo foi aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), o senador vinha ocupando a tribuna para se pronunciar contra a recondução.

Requião lembrava que o Tribunal de Contas da União (TCU), em auditoria feita a pedido do Ministério Público Federal, encontrou irregularidades na ANTT. O senador acusava Figueiredo de ter se

beneficiado da privatização de ferrovias, como empresário, por meio de regras que ele próprio ajudara a instituir.

Ontem, vários senadores discursaram sobre as acusações que pesam contra o indicado do governo para a ANTT.

Relator da indicação de Figueiredo, Lindbergh Farias (PT-RJ) argumentou que, durante a sabatina na CI, o indicado respondeu a todos os questionamentos e foi aprovado sem nenhum voto contrário.

Senado acolhe indicação de diretor para a CVM

Com 56 votos favoráveis e 9 contrários, o Plenário aprovou o nome de Roberto Tadeu Antunes Fernandes para integrar a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O indicado é bacharel em Direito, graduado em economia

e pós-graduado em Direito econômico.

Servidor da CVM desde 1979, onde ingressou como inspetor, Fernandes já exerceu os cargos de gerente de Fiscalização de Casos Especiais, superintendente de Fiscalização Externa,

superintendente de Relações com o Mercado e, atualmente, superintendente-geral da entidade. Também representa a CVM nos conselhos de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) e de Gestão da Previdência Complementar (CGPC).

Alfredo José Camargo será embaixador na Costa do Marfim

A indicação de Alfredo José Camargo para embaixador na Costa do Marfim foi aprovada com 50 votos favoráveis e 7 contrários em Plenário.

Sabatinado na CRE em 9 de fevereiro, o diplomata ressaltou que, após duas guerras civis em curto espaço de tempo, a Costa do Marfim passa por sua melhor fase. A economia é baseada sobretudo na agricultura e o PIB é de US\$ 24 bilhões.

Acatados cargos de juiz-auditor a pedido de tribunal militar

A criação dos cargos de juiz-auditor e de juiz-auditor substituto para a 2ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) foi aprovada no Senado. Na justificativa, o Superior Tribunal Militar argumenta que tem havido sobrecarga de processos no âmbito da única auditoria da CJM hoje existente. O relator da proposta (PLC 89/11) foi Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Aprovada criação de 1.293 cargos para o Itamaraty

Em votação simbólica, o Plenário aprovou ontem projeto que cria 400 cargos de diplomata e 893 de oficial de chancelaria.

Os cargos serão providos pelo Ministério das Relações Exteriores de forma gradual, mediante disponibilidade orçamentária. A matéria (PLC 122/11), de iniciativa da Presidência da República, vai agora à sanção.

Malta relata conversa com embaixador do Irã sobre pastor

Magno Malta (PR-ES) informou, na terça-feira, ter conversado com o embaixador do Irã no Brasil, Mohammad Ali Ghanezadeh Ezbadi, segundo o qual Youcef Nadarkhani, que teria renegado a fé muçulmana e se convertido ao cristianismo, tornando-se pastor, não foi condenado à morte por enforcamento.

De acordo com o diplomata, o pastor não teria sido preso por apostasia (abandono de religião), mas por roubo



e prostituição. Além disso, o julgamento ainda não teria ocorrido. ONGs de defesa de direitos humanos e liberdade religiosa têm pressionado pela libertação.

— Saí de lá aliviado. Não vi mentira nos olhos do embaixador. [O pastor] não está condenado à morte por força, ainda há processo em andamento e vamos ficar monitorando — declarou o senador, salientando o respeito do Brasil por todos os credos.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Programação monetária

14h A sessão de hoje é deliberativa. Na pauta, projeto de decreto legislativo (PDL 66/12) que aprova a programação monetária para o primeiro trimestre de 2012.

Presidência Rio+20

10h José Sarney participa de reunião da Mesa do Senado; às 12h15, recebe Fernando Collor (PTB-AL) e o secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang; às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Reservas indígenas

8h30 Audiência sobre demarcações das reservas indígenas. Foram convidados, entre outros, o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams

Subcomissão Segurança Pública

8h30 Debate sobre os problemas e as leis penais, com busca de sugestões para elaboração do anteprojeto de reforma do Código Penal e de iniciativas legislativas. Entre os convidados, o ministro do STJ Gilson Dipp.

CI Água na busca por petróleo

9h O primeiro projeto na pauta de nove itens torna obrigatória a comunicação à Agência Nacional de Águas, pela Agência Nacional do Petróleo, da descoberta de poços que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.

Rio+20 Preparativos

10h Audiência das comissões de Relações Exteriores e de Meio Ambiente sobre preparativos da Rio+20, com o secretário-geral do evento, Sha Zukang.

Saúde Audiência com a ministra Luiza Bairros

10h Subcomissão em Defesa da Mulher realiza audiência pública sobre saúde, com presença da ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros.

Mesa Reunião administrativa

10h Votação de requerimentos na pauta da reunião da Mesa do Senado.

Exposição 80 anos do voto feminino no Brasil

11h30 Abertura da exposição *80 Anos do Voto Feminino no Brasil*, no Senado Galeria. O evento é iniciativa da Presidência do Senado, da Diretoria-Geral e das secretarias de Informação e Documentação, de Arquivo e de Biblioteca.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião conjunta das comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Meio Ambiente (CMA). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



A Rio+20, a participação da Suécia na concorrência para a venda de caças ao Brasil e a necessidade de estreitar relações entre os dois países foram temas de visita feita ontem pelo presidente do parlamento da Suécia, Per Westerberg, ao presidente do Senado, José Sarney. Westerberg, que foi acompanhado de deputados e empresários suecos, faz visita oficial ao país para intensificar o intercâmbio de conhecimentos políticos, econômicos e culturais. Ele lembrou que as empresas suecas instaladas no Brasil são responsáveis por 600 mil empregos diretos.

Aviação regional priorizará melhorias em aeroportos

A Secretaria de Aviação Civil (SAC), vinculada à Presidência da República, elegeu os investimentos em modernização e reformas de instalações aeroportuárias como a principal ação da política de incentivo à aviação regional, conforme o secretário de Política Regulatória do órgão, Rogério Teixeira Coimbra. Ele não descartou, no entanto, novas medidas de estímulo.

Em audiência pública na Subcomissão Temporária da Aviação Civil, presidida por Vicentinho Alves (PR-TO), Coimbra salientou que o maior gargalo do setor é a infraestrutura dos aeródromos das regiões mais distantes. Ele citou manifestação da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional (Abetar), enfatizando que o início de operação em novas localidades depende da solução do problema.

O professor Respicio Antônio do Espírito Santo, da Universidade Federal do Rio

de Janeiro (UFRJ), disse que a SAC está concentrada apenas nos problemas da aviação civil que passam pelo “tapete vermelho”: as companhias de aviação, os aeroportos e, quando acontecem problemas, o controle aéreo. Faltam, porém, políticas para a aviação regional, agrícola, desportiva e executiva, para táxis-aéreos e para capacitação de mecânicos e demais profissionais do setor, entre outros pontos que “não estão na agenda política”, afirmou.

Coimbra respondeu que o atual foco do órgão realmente é nesses setores, onde se concentram o grande fluxo de passageiros. Observou que a SAC opera há menos de um ano e que a secretaria esteve muito ocupada com a modelagem da concessão dos aeroportos de Brasília, Guarulhos (SP) e Campinas (SP). No entanto, acrescentou, “há muitas ações em fase de formulação”, como as que se referem à aviação regional e à capacitação profissional.



Rogério Coimbra, Juliano Noman, Vicentinho Alves e Respicio do Espírito Santo

Setor precisa de política de longo prazo, diz especialista

O Brasil não tem política pública de aviação civil de médio e longo prazos, na opinião do professor da UFRJ Respicio do Espírito Santo. Ele também criticou a atuação do Conselho de Aviação Civil (Conac), órgão de assessoramento da Presidência da República. Em sua opinião, o conselho deveria ter sido instintivo com a criação da SAC.

— O Conac só se reúne quando acontece um acidente de grandes proporções — afirmou, sugerindo a criação, no âmbito da SAC, de estrutura que contemple outros setores da aviação.

Juliano Noman, da Secretaria de Aeroportos, destacou que, em 2011, foram firmados 18 convênios para aeroportos de porte regional em dez estados, com 83% de empenho orçamentário. E há intenção de incluir novos projetos no orçamento de 2012, como parte de plano plurianual de investimentos a ser financiado com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac).

Os senadores enfatizaram as carências do transporte aéreo especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para Eduardo Braga (PMDB-AM), relator da subcomissão, uma solução só será alcançada com a volta dos subsídios federais, que foram extintos porque houve desvios pelas companhias aéreas.

— Acabam com o subsídio no lugar de prender o corrupto. Aí se pune o cidadão que paga impostos — avaliou.

Ivo Cassol (PP-RO) criticou a demora na entrega de bagagens aos passageiros. Vital do Rêgo (PMDB-PB) cobrou do Executivo projeto para regular a aviação regional. Disse ainda que, nos aeródromos do interior, faltam fiscalização do governo federal e interesse dos estados e municípios.

Já Vicentinho Alves lembrou que, no Pará, houve quatro acidentes em fevereiro, com sete mortes. Ele cobrou a instalação de escritórios descentralizados dos órgãos da aviação civil em cada região do país.

Proposta sobre fidelidade partidária volta ao Plenário após comissão acatar emenda que inclui a criação de partido entre as causas que justificam a troca de legenda por parlamentar



Jim Argello (E) e Eunício Oliveira em reunião da CCJ que aprovou projeto sobre um dos temas da reforma política

CCJ aceita mudança para partido recém-criado

O PARLAMENTAR QUE deixar o partido pelo qual se elegeu para se filiar a legenda recém-criada não estará sujeito à perda de mandato. Essa é a posição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que acolheu emenda de Plenário para incluir, no projeto sobre fidelidade partidária (PLS 266/11), a criação de novo partido como justa causa para mudança.

O projeto, que agora volta ao Plenário, inclui na Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95) regra determinando que desfiliação da legenda sem justa causa deve ser punida com a perda do mandato. Com a emenda, são consideradas causas justas: incorporação ou fusão de partido, desvio do programa partidário, grave discriminação pessoal e criação de partido.

O PLS 266/11 já havia sido

aprovado em junho de 2011 pela CCJ, mas, na ocasião, a comissão aprovou destaque de Demóstenes Torres (DEM-GO) retirando a criação de partido das causas aceitas. O texto modificado foi então enviado ao Plenário, mas voltou agora para a comissão para análise da emenda de Plenário, de Sérgio Petecão (PSD-AC).

Para Demóstenes, a hipótese da criação de partido se baseia em norma já superada, editada quando existiam apenas Arena e MDB. Atualmente, disse, há um grande número de partidos, e já não se justifica incentivo à criação de novas legendas. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Pedro Simon (PMDB-RS) o apoiaram.

Já os senadores pelo PSDB Aécio Neves (MG), Aloysio Nunes (SP) e Alvaro Dias (PR), além de Pedro Taques (PDT-MT), Romero Jucá (PMDB-RR)

e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), apoiaram Petecão.

— Se há a possibilidade de criar um novo partido mediante fusão ou incorporação, porque não legitimar igualmente a criação de um partido a partir de iniciativa inédita? — questionou Aloysio.

Reforma política

O PLS 266/11 poderá ser incluído entre as propostas da reforma política que serão votadas em Plenário no dia 21. Três proposições já estão na agenda: financiamento público de campanha (PLS 268/11), exigência de referendo para alteração no sistema eleitoral (PEC 42/11) e mudança na data de posse de presidente, governadores e prefeitos (PEC 38/11). A PEC 37/11, que modifica regras sobre suplência de senador, também pode entrar na pauta.

Rejeitadas emendas à PEC dos Suplentes

Duas emendas de Plenário apresentadas à proposta que muda as regras para suplência de senador foram rejeitadas ontem pela CCJ. A PEC 37/11 retorna ao Plenário, onde poderá ser votada no dia 21, em primeiro turno. A proposta reduz para um o número de suplentes e proíbe que ele seja parente até em segundo grau do senador. Quando ocorrer o afastamento definitivo do titular, o suplente exercerá o cargo somente até a eleição e posse de novo senador.

Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu uma das emendas rejeitadas. Ela previa que, em caso de homicídio do titular, o suplente assumiria a vaga definitivamente. O objetivo seria evitar o assassinato de senador por oponente interessado no novo pleito. Mas o relator, Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), considerou que, sem nova eleição, o suplente poderia cometer o crime para assumir a vaga.

A outra emenda sugeria que se mantivessem dois suplentes, e que eles fossem os candidatos mais votados após os senadores eleitos. Nesse caso, o relator considerou “inviável” estabelecer como suplente quem perdeu a eleição, sobretudo pela possibilidade de esse suplente ser opositor político do senador afastado.

Análise da proposta de voto em lista é adiada

A pedido de Romero Jucá, relator da proposta que institui o sistema de votação proporcional com lista fechada, o presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), retirou a matéria da pauta da reunião de ontem. Jucá quer mais tempo para buscar entendimento sobre a proposição (PEC 43/11) junto aos integrantes do colegiado.

A proposta já foi rejeitada pela CCJ em junho de 2011 — quando tramitava em conjunto com outra PEC — e enviada a Plenário. Lá, foi aprovado requerimento para que as duas tramitem separadamente e elas voltaram à CCJ.

A PEC 43/11 institui o voto em lista preordenada na eleição de deputados (federais, distritais ou estaduais) e vereadores. O partido, antes da eleição, deve apresentar lista de candidatos ordenada por prioridade. Serão eleitos os primeiros da lista, até se completarem as vagas conquistadas pelo partido com a aplicação do quociente partidário.

Jucá apresentou substitutivo prevendo a adoção de modelo de “distritão”, que prevê a eleição dos candidatos mais votados nas circunscrições eleitorais (estados e Distrito Federal). O sistema também já foi rejeitado pela CCJ em junho.

Presidente do Senado quer que homicídio simples seja considerado crime hediondo, com penas mais longas. Proposta também trata de mortes em acidentes de trânsito

Sarney propõe endurecimento de pena para assassinatos

O MAPA DA Violência no Brasil, que aponta 1,1 milhão de assassinatos no país nos últimos 30 anos em estatísticas do Instituto Sangari, foi citado ontem por José Sarney (PMDB-AP), presidente do Senado, ao anunciar a apresentação de projeto (PLS 38/12) que propõe endurecimento das leis que tratam de homicídio.

Só em 2010, 50 mil pessoas foram assassinadas no Brasil — metade do número de mortos na luta pela independência do Timor Leste, que durou 26 anos. Para Sarney, um dos motivos para índices tão alarmantes é a leniência da lei.

O primeiro ponto do PLS 38/12 é tipificar o homicídio simples como crime hediondo. Dessa forma, aumenta-se o limite de cumprimento da pena no regime fechado necessário para que presos tenham direito a benefícios como regime semiaberto, liberdade condicional e prisão domiciliar. Além disso, esses benefícios passariam a ser calculados com base na soma de todas

as penas, e não só no tempo máximo de 30 anos.

O segundo ponto do projeto é o aumento das penas para assassinos. O homicídio simples, que atualmente tem pena de seis a 20 anos de prisão, passaria para de oito a 24 anos. Já o homicídio culposo, que hoje pode ser punido com prisão de um a três anos, passaria a ter penas de dois a cinco anos. Outra mudança trata do flagrante por crime de lesão corporal seguida de morte, homicídio ou latrocínio. A prisão nesses casos seria convertida em preventiva, impedindo que o autor do crime possa responder ao processo em liberdade.

Trânsito fatal

— A legislação brasileira não pode banalizar, como vem ocorrendo, o crime que é considerado o mais grave em todas as legislações do mundo civilizado. É evidente que o esforço deve ser feito não somente pelo Poder Legislativo, mas pelo Judiciário, pelo Executivo e pela sociedade brasileira e



Senador apresenta dados do Mapa da Violência no Brasil

pelos meios de comunicação, a quem faço o apelo para que abracem essa causa — afirmou o senador.

Sarney também criticou a leniência com que a lei trata os responsáveis por acidentes de trânsito com vítimas. Quando um condutor embriagado mata no trânsito, o crime é considerado culposo (sem intenção). Os autores são condenados a penas alternativas, transformadas em serviços comunitários.

Para Sarney, esse é um grave problema brasileiro, com o qual a população começa a se preocupar.

Seu projeto de lei também trata do assunto. O crime de homicídio na condução de veículo automotor (artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro) passa a ser punido de forma mais severa. A atual pena de detenção, de dois a quatro anos, passaria para pena de reclusão de três a seis anos.

Impunidade gera violência, diz senador

Sarney classificou seu discurso como “denúncia” sobre os índices da violência no Brasil. Com apenas 3% da população mundial, o país é responsável por 12% dos homicídios no mundo.

Os números podem ser ainda maiores, ressaltou o senador: o Mapa da Violência baseia-se nos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, e não faz cruzamento com outros dados. A estimativa é que a ocorrência real seja ainda 20% maior, chegando a 1,33 milhão de assassinatos.

— A impunidade está na raiz desse cenário desolador. O sistema de justiça criminal no Brasil não tem funcionado a contento para reprimir crimes de gravidade tão elevada, seja por carência de recursos logísticos, seja por conta de uma legislação leniente — criticou Sarney.

O presidente do Senado registrou que, em países populosos, mas com baixas taxas de homicídio, como China, Índia e Estados Unidos, a repressão a crimes contra a vida é mais rigorosa do que a do Brasil, onde é comum que assassino confesso se defenda em liberdade.

Paim defende projeto sobre genocídio e crimes de guerra



Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem a votação do projeto de lei 4.038/08, do Poder Executivo,

que tramita na Câmara dos Deputados. Além de dispor sobre genocídio, crimes contra a Humanidade e crimes de guerra, a proposição trata da cooperação com o Tribunal Penal Internacional (TPI). O senador afirmou ter recebido integrantes de ação global que promove a universalidade e a efetividade do TPI.

Cássio Cunha Lima propõe fim do foro privilegiado



Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) está recolhendo assinaturas para proposta de emenda à

Constituição (PEC) com o objetivo de extinguir o foro privilegiado para ocupantes de cargo no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, nos casos de infrações penais comuns. É necessário que 27 senadores subscrevam a proposta. Pedro Taques (PDT-MT) e Cícero Lucena (PSDB-PB) disseram apoiar a iniciativa.

Raupp espera que governo recupere BR-364 com urgência



Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou em Plenário na terça-feira a recuperação urgente da BR-364, nos

700 quilômetros que atravessam Rondônia, entre Vilhena e a capital, Porto Velho.

O senador disse que, em reunião com o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, parlamentares do estado conseguiram o compromisso de que, se necessário, haverá recuperação emergencial do pavimento.

Viana pede mais verbas para vítimas de enchente no Acre



Jorge Viana (PT-AC) pediu ao governo mais recursos para as vítimas das enchentes no Acre, onde

mais de 120 mil pessoas foram atingidas. O senador registrou sua visita, semana passada, às regiões. Ele explicou que as águas já começaram a baixar, mas ainda há muito que se fazer. Viana salientou que, terça-feira, as pessoas abrigadas provisoriamente em Rio Branco começaram a voltar para suas casas.

Comissão quer saber de acordos sobre haitianos

A CPI do Tráfico de Pessoas vai solicitar ao Ministério das Relações Exteriores informações sobre acordos do Brasil com países latino-americanos para combater redes criminosas como as que atuam na transferência de migrantes haitianos.

Segundo Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a CPI recebeu informações sobre extorsões a haitianos interessados em ingressar no Brasil. A CPI também apurou que centenas de haitianos vivendo em cidades de fronteira aguardam a regularização de sua situação migratória no país.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais segue agora para votação final na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

SMS mais barato para quem tem deficiência auditiva ou de fala

Os usuários de serviços de telecomunicações com deficiência auditiva ou de fala terão direito a planos com tarifas reduzidas para serviços de mensagens de texto (SMS). É o que determina projeto de lei (PLS 238/08), do então senador Flávio Arns, aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), presidida pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM). A matéria segue para a Câmara.

Relatado na CCT por Paulo Paim (PT-RS), o projeto altera o artigo 3º da Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9472/97), em que estão estabelecidos os direitos dos usuários. Segundo emenda apresentada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e acolhida pela CCT, o artigo passa a vigorar acrescido de parágrafo único.

É o novo parágrafo que estabelece que o usuário com deficiência auditiva ou da fala “tem direito a plano com tarifas reduzidas para serviços de mensagem de texto, nas diversas modalidades de pagamento”.

Proibição de depósito antes de urgência médica avança no Senado

A EXIGÊNCIA DE garantia de pagamento para realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência poderá ser caracterizada como prática abusiva. É o que propõe projeto de Ciro Nogueira (PP-PI), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Agora a matéria segue para votação final na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O projeto (PLS 460/11) altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) definindo multa para os estabelecimentos de serviços médico-hospitalares que exigirem essa garantia.

A relatora na CAS, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), explicou que resolução normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) já proibiu a prática pelos planos de saúde privados.

— A proposição é meritória, já que propõe medida para coibir a exigência que prestadores de serviços de saúde privados fazem antes do atendimento, sob pena de não prestar a assistência médico-hospitalar. Em situações de urgência e emergência, isso pode colocar a vida do paciente em risco — destacou a senadora.

Na avaliação de Paulo Davim (PV-RN), a proposta é importante também para quem trabalha em emergência

médica. Ele contou que, como médico, já enfrentou situação constrangedora no atendimento de pacientes por motivos burocráticos.

Exemplo em Brasília

Davim ressaltou que seu compromisso com a vida está acima dos impedimentos burocráticos e disse acreditar que a matéria não só vem valorizar o atendimento da urgência, que tem o objetivo de salvar vidas, mas também facilitar o trabalho de quem está no plantão e tem o sacrossanto dever de salvar vidas.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse acreditar que o projeto de Ciro Nogueira vai “humanizar” o atendimento

de urgência. Ele lembrou o caso do secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, que morreu de infarto depois de lhe ser negado atendimento em dois hospitais de Brasília.

— É inadmissível que os hospitais façam exigências descabidas, como foi feita com o secretário, que foi a três hospitais. Se acontece com uma autoridade, imaginem o que acontece com as pessoas comuns, ressaltou Rollemberg.

Humberto Costa (PT-PE) criticou o fato de o Ministério da Saúde anunciar que vai encaminhar ao Congresso proposta com o mesmo teor, denominada “Lei Duvanier”. A proposta do governo, disse o senador, pretende enquadrar no Código Penal a proibição de cobrança de caução em atendimentos de urgência.

Para Humberto, o Congresso está sendo desrespeitado em sua “função precípua de legislar”. Na avaliação do senador, se o governo pretende oferecer contribuição legislativa, deve, então, se reunir com o Parlamento, englobar as propostas com o mesmo objetivo e “construir proposta a quatro mãos”.



Vanessa Grazziotin (C) relata o projeto que foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, presidida por Jayme Campos (D)

Atividade física como fator determinante para a saúde

A CAS aprovou ontem o projeto que inclui na Lei Orgânica da Saúde a atividade física como um dos fatores determinantes e condicionantes para se ter vida saudável. A matéria foi votada em turno suplementar por ter sido aprovada pela comissão em forma de substitutivo.

Com a modificação, também serão expressos como determinantes e condicionantes a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso a bens e serviços especiais.

Na justificativa da proposta, a autora, a deputada Sueli Vidigal (PDT-ES), explica que as políticas de saúde não consideram e nem financiam a atividade física como recurso para a obtenção da saúde.

Aprovadas mais atribuições para agentes comunitários

A coleta de dados sobre aspectos sociais, econômicos, sanitários e culturais da comunidade poderá passar a fazer parte das atribuições do agente comunitário de saúde. Projeto de lei do senador licenciado Eduardo Amorim (PSC-SE) foi aprovado ontem, em turno suplementar, pela CAS, que ofereceu decisão final à matéria.

No voto favorável de Humberto Costa (PT-PE) à proposta (PLS 379/11), os agentes são considerados “pilares da atenção básica de saúde”, cuja atuação é reconhecida pela sociedade. O senador diz que a ampliação das atribuições permite melhor aproveitamento da relação com a comunidade. E as informações podem contribuir para tornar mais eficiente o atendimento dos serviços públicos de saúde.

Rótulos de remédios deverão evitar que usuário se engane

Os rótulos e embalagens de medicamentos, drogas e produtos correlatos devem ser diferenciados de modo a não confundir o usuário e, assim, evitar erro em sua administração. É o que determina projeto de lei de Humberto Costa (PT-PE), aprovado na CAS ontem em decisão terminativa — sem necessidade de passar pelo Plenário. A matéria vai à Câmara.

A proposta (PLS 461/11) altera a lei que trata da vigilância sanitária a que ficam sujeitos medicamentos e correlatos.

O senador justifica que acontecem muitos acidentes em razão de erros na administração de remédios. De acordo com a proposta, produtos para a crianças, por exemplo, deverão ter rótulos e embalagens que facilite a distinção daqueles indicados a adultos.



Valadares lamenta que o SUS conte com recursos aquém da necessidade

Senadores apoiam Campanha da Fraternidade

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Ana Rita (PT-ES) parabenizaram a Igreja Católica pela escolha da saúde como tema da Campanha da Fraternidade de 2012, lançada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Valadares, ontem, ressaltou que quase 80% dos cerca de 194 milhões de brasileiros dependem exclusivamente de

atendimento na rede pública de saúde, mas o Sistema Único de Saúde (SUS) tem recursos aquém de sua necessidade.

Casildo, em aparte a Valadares, destacou a importância de investir em prevenção.

Ana Rita, anteontem, disse que o tema da campanha deve levar todos os brasileiros a refletir sobre a qualidade da saúde pública nacional e como solucionar suas deficiências.

— Sabemos que a saúde tornou-se um comércio, algo lucrativo que está acima dos valores humanos e isso é uma das facetas que a campanha promete refletir — afirmou.

A senadora citou a precariedade dos hospitais públicos, mas lembrou que, apesar das falhas, o SUS é considerado a “maior política social do Brasil” e o “maior sistema público de saúde do mundo”.



Ana Rita destaca que o SUS é o maior sistema público de saúde do mundo

Proposta, aprovada na Comissão de Ciência e Tecnologia, tem como objetivo proteger os cidadãos de prejuízos provocados por falhas do serviço postal; envelope deverá conter data do envio e da entrega

Projeto obriga cobrança via correio a ter dia da postagem

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou projeto que torna obrigatória a especificação das datas de postagem e entrega nas correspondências que contenham cobranças.

O projeto (PLC 176/09) ainda será examinado, terminativamente (sem necessidade de passar pelo Plenário), pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Em seu voto favorável, o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), destacou os frequentes prejuízos causados por atrasos na entrega de documentos de cobrança, “decorrentes da degradação dos serviços postais”.

Também recebeu parecer favorável o PLS 111/11, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que institui a Política Nacional



Eduardo Braga e Luiz Henrique na Comissão de Ciência e Tecnologia

de Tecnologia Social.

Entre os objetivos da política, estão “proporcionar soluções derivadas da aplicação de conhecimentos, da ciência, tecnologia e inovação para atender necessidades e demandas de maior qualidade de vida da população em situação

de exclusão social” e integrar as tecnologias sociais com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O projeto, cuja relatora *ad hoc* na CCT foi Ângela Portela (PT-RR), ainda será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Entre as diversas tecnologias sociais já desenvolvidas no Brasil, segundo relatório apresentado pela senadora, estão as do soro caseiro, para combate à desidratação, e a da construção de cisternas para armazenamento de água das chuvas, “destinadas a facilitar o convívio com as secas na região Nordeste”.

A comissão aprovou 26 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em diversas partes do país.

Novo ministro da Ciência e Tecnologia falará no Senado

O novo ministro de Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp, apresentará suas prioridades aos senadores da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O requerimento para realização da audiência, apresentado por Eduardo Braga (PMDB-AM), foi aprovado ontem. Ainda não há data marcada para a audiência.

Presidente da comissão, Eduardo Braga considerou o convite oportuno por possibilitar o primeiro contato dos senadores da CCT com o ministro.

Na próxima quarta, a comissão realizará audiência com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Ele deverá expor aos senadores as metas do Plano Nacional de Banda Larga e os planos

para a realização de licitação para a operação da internet 4G.

Foi também aprovado requerimento de Ângela Portela (PT-RR) para a inclusão do diretor-presidente da Eletro-norte, Josias Matos de Araujo, entre os convidados para audiência pública que tratará das deficiências do atendimento na transmissão de dados pela internet, especialmente na região Norte.

Randolfe teme que Brasil não universalize ensino básico até 2016



Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) manifestou ceticismo quanto à possibilidade de atingir a meta de universalização da pré-escola e do ensino médio no Brasil até 2016. A obrigatoriedade do ensino para quem tem de 4 a 17 anos foi determinada pela Emenda Constitucional 59/09.

— O analfabetismo continua alimentado pela privação da escola a 4 milhões de crianças e jovens entre 4 e 17 anos. Em 2016, a escolaridade nessa faixa será obrigatória, mas há fortes dúvidas se será efetivada no prazo.

Para Suplicy, sociedade precisa se mobilizar mais para a Rio+20

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse, na terça-feira, que a sociedade tem se preparado pouco para o que será discutido na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em junho. O senador lembrou que os setores organizados já deveriam estar se mobilizando para questionar e contribuir para a aprovação de ações para o futuro do planeta no evento.

Para o senador, é preciso trabalhar a Rio+20 à luz dos novos paradigmas do século 21: democracia, velocidade da tecnologia, forte atuação da juventude, e não mais o domínio das elites tradicionais e dos governos.

Exposição comemora Dia do Bibliotecário

O presidente do Senado, José Sarney, inaugurou ontem a exposição *Obrigado, Brasília*, na Biblioteca da Casa. A exposição, em homenagem ao Dia do Bibliotecário, 12 de março, apresenta o histórico do Projeto Casa do Saber

Promovido pela Rede Gasol de postos de combustíveis, o projeto busca revitalizar ou criar bibliotecas em regiões carentes do Distrito Federal. Os livros, obtidos por meio de doações, são selecionados e organizados por bibliotecários

voluntários, para depois serem entregues às instituições.

A exposição traz fotos de alunos que receberam doações, fotografias antigas e marcadores de páginas, além de documentos. A mostra pode ser visitada até 30 de março.

Eunício recusa 3ª audiência para debater uniformização do ICMS

Para não atrasar a votação do projeto que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens importados do exterior, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), recusou pedido para realização de nova audiência pública sobre o tema.

Dois debates já estão marcados para os dias 20 e 22, mas o relator da matéria (PRS 72/11), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), pediu nova audiência para que a questão fosse analisada não só sob a perspectiva econômica, mas também com relação à constitucionalidade.

Após entendimento com Eunício, Ferraço concordou em substituir alguns convidados da área econômica pelos juristas Ives Gandra, Luís Roberto Barroso e Célio Borja, este último sugerido por Luiz Henrique (PMDB-SC).

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), autor do projeto, informou que, antes da primeira audiência, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, deverá se reunir com governadores do Espírito Santo, de Santa Catarina e de Goiás para discutir compensações. Esses estados devem perder arrecadação com eventual uniformização do ICMS.

PIB do Brasil deveria ter crescido mais do que 2,7%, diz Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o crescimento da economia brasileira em 2011 ficou “muito aquém das necessidades do país”. Nesta semana, o IBGE divulgou que o produto interno bruto (PIB) cresceu 2,7%, abaixo da média mundial e atrás de muitos outros países emergentes.

— Quando falamos em crescimento econômico, estamos falando não só em geração de empregos, mas em distribuição de renda, melhoria da saúde pública e melhoria da educação e de todos os serviços públicos.

De acordo com a senadora, a China cresceu 9,2% em 2011; a Índia, 7,4%; a Rússia

e o México, 4,1%; a África do Sul, 3,1%; a Indonésia, 6,4%; e a Turquia, 6,5%.

— O Brasil cresceu 2,7%. Devemos analisar o porquê desse crescimento tão pequeno. Poderíamos ter trabalhado para ser melhor.

Na opinião de Vanessa Grazziotin, para que o país cresça de 5% a 7% por ano, é necessário manter o investimento de pelo menos 20% do PIB. Em 2010, esse índice ficou em 19,5%; em 2011, caiu para 19,3%.

A senadora também sugeriu que a equipe econômica do governo seja mais contundente ao baixar os juros básicos da economia.

Para Aécio, dívida dos estados com a União afeta governabilidade

Aécio Neves (PSDB-MG) pediu solução para as dívidas dos estados com a União:

— Trata-se de resgatar as condições de governabilidade dos estados.

Ele lembrou que a União assumiu as dívidas na década de 1990, para ajudar no saneamento das finanças dos estados, e disse que “o que era bom naquele tempo se tornou perverso para os estados”.

Segundo ele, a dívida mineira em 1998 era de R\$ 15 bilhões. Apesar de já ter pago R\$ 21,5 bilhões em juros, o estado ainda deve R\$ 59 bilhões — 13% da receita líquida está comprometida com os juros.

Para Aécio, o pagamento das dívidas tem comprometido os investimentos nos estados.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mário Couto afirma que Pará está sendo recuperado

Mário Couto (PSDB-PA) comemorou o que considera a recuperação do Pará. Para ele, o estado

se encontrava depredado após o governo de Ana Júlia Carepa (PT) e agora está reerguido, na administração Simão Jatene (PSDB).

O senador afirmou que a dívida do estado chegava a mais de R\$ 700 milhões, os índices de criminalidade eram altíssimos e a educação, caótica.

Hoje, segundo Couto, a dívida está sendo paga, a violência urbana está em franca redução e a educação mudou, com professores bem remunerados. Ele disse que a média salarial da categoria é de R\$ 4 mil.



Waldemir Barreto/Agência Senado